

A maternidade adiada e reduzida e a infecundidade no Brasil: transformações de gênero e desigualdades de classe *

Nathalie Reis Itaboraí
(IESP – UERJ)

Palavras-chave: Fecundidade. Gênero. Classes. Desigualdade social.

* Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.

A maternidade adiada e reduzida e a infecundidade no Brasil: transformações de gênero e desigualdades de classe

Introdução

Antigo destino “natural” das mulheres, a maternidade vem ganhando crescentemente o status de escolha a ser planejada. O controle da fecundidade tem sido condição essencial para os avanços femininos na esfera pública e para sua maior autonomia na esfera privada, tendo a contracepção moderna possibilitado a separação entre sexualidade e reprodução (GIDDENS, 1993)¹. A razão principal dessa importante transformação é a emergência da contracepção moderna, em especial através de métodos de controle femininos.

O contexto atual de baixa fecundidade tem gerado discussões, na academia e nos meios de comunicação, em torno das mudanças nas expectativas e práticas quanto à maternidade. Um artigo da revista *Times* de agosto de 2013 polemizava até que ponto o “mandato materno”² deixou atualmente de ser um imperativo social sob o sugestivo título “Having it all without having children”, realçando as vantagens de uma vida sem filhos e os tabus ainda existentes em torno dessa opção (SANDLER, 2013). O artigo destacava o crescimento do percentual de mulheres de 40 a 44 anos que não tiveram filhos, que atingia então 18% nos Estados Unidos e próximo de um quarto na Itália, e que a comunidade de adultos sem crianças se diversificava nas linhas de raça, nível educacional e afiliação política. No entanto, o artigo realça que mesmo que uma mulher cresça sem a ideia de que está destinada a ser mãe, a cultura norte-americana é obsecada com crianças e existe um comércio massivo para mães. Socialmente, ainda são as mulheres que não têm filhos que precisam justificar porque não os tem, e não o contrário. Ademais, toda a tecnologia surgida em torno da pedagogia, psicologia infantil e pediatria, juntamente com o desenvolvimento de um mercado de produtos para a infância, aumentam as expectativas e os diversos custos da maternidade³, o que ajuda a torná-la ainda menos atrativa em tempos de individuação, com maiores investimentos em si mesmo, e de instabilidade afetiva e no mercado de trabalho.

¹ Em seu contraponto entre sociedades regidas pela tradição e sociedades em que o projeto reflexivo do *self* encarrega os indivíduos de refletir e fazer escolhas, Giddens realça o caráter criativo da sexualidade, favorecido pela separação da reprodução, bem como pelo declínio da oposição entre mulheres virtuosas e não virtuosas, tradicionalmente usada para cercar a liberdade feminina na esfera da sexualidade.

² Nos anos 1970, o “mandato materno” (RUSSO, 1976) era ainda bastante evidente no Brasil e no mundo, funcionando como uma barreira à saída feminina do mundo doméstico, muito mais difícil de ser mudada do que as barreiras de acesso ao voto, educação ou trabalho. Russo realçava, no contexto dos anos 1970, a importância da tecnologia reprodutiva para eliminar a inevitabilidade biológica da maternidade e reduzir as concepções não desejadas, mas lembrava que, mesmo que um contraceptivo perfeito fosse desenvolvido, as forças sociais e culturais que prescreviam a maternidade continuavam a atuar através da socialização em papéis sexuais, a despeito da crescente exposição a outros modelos, como o de mulheres orientadas a carreira.

³ O desenvolvimento do mercado de bens de consumo também deve ter encarecido ter filhos – como se observa nos exemplos de revistas que calculam quanto custa ter um filho – ou ampliado a percepção de que há mais coisas a gastar com filhos.

O debate sobre infecundidade é particularmente intenso em países desenvolvidos que experimentam estágios mais avançados de transição demográfica. Esteve, Devolder e Domingo (2016), analisando a Espanha, destacam que nunca todas as mulheres de uma geração foram mães e hoje menos ainda, mas surpreende o pouco debate sobre o fato de que uma em cada quatro mulheres não tenham filhos contrariando suas próprias expectativas e desejos. Recordam que há diferentes razões para não ter filhos (biológicas, desejo de não ter filhos, normativas devido às expectativas sociais sobre a idade adequada, e a opção pelo adiamento), mas sugerem que a fecundidade atual está relacionada sobretudo com o adiamento associado às condições materiais e conjugais/afetivas relacionadas à decisão de ter filhos.

Como destaca Martin (2004), o adiamento no processo de formação de família é associado à vantagem social de inúmeras formas, como maior renda e menor child-penalty para a maternidade tardia. Ademais, os filhos podem usufruir de melhores condições de pais com carreira consolidada. Mas não se trata de uma questão simples, pois o adiamento na formação de famílias tem efeitos econômicos, sociais, psicológicos e biológicos difíceis de serem mensurados. As definições social e biomédica de adiamento são distintas. Do ponto de vista médico, depois dos 35 já seria adiamento, idade a partir da qual diminui a fertilidade e aumentam os riscos de saúde. Existe, portanto, uma relação entre adiamento e restar sem filhos de forma não intencional, ainda que a falta das condições desejadas para ter filhos (recursos econômicos e contexto afetivo / parceiro) pode fazer com que gradualmente se mude os objetivos na vida.

Martin também problematiza a diversidade de experiências familiares entre subgrupos populacionais, indagando se as tendências demográficas em curso são crescentemente desiguais por cor e educação, encontrando, para os Estados Unidos, a tendência de postergar casamento e maternidade mais frequente entre mulheres altamente escolarizadas, enquanto as menos escolarizadas estariam mais inclinadas a ter filhos quando são adultas jovens mesmo fora de união ao invés de correr o risco de ficar sem filhos. As desigualdades socioeconômicas impactaria, portanto, na flexibilidade em considerar a possibilidade de viver a maternidade no futuro (MARTIN, 2004, p. 106).

Demógrafos brasileiros também já vem se debruçando sobre o tema da maternidade tardia e indagando acerca das diferenciações entre grupos. Berquó e Garcia (2012) notam sinais de adiamento da reprodução mais acentuados entre mulheres com maior escolaridade, maior renda e brancas. As autoras destacam que diversos fatores afetam as intenções reprodutivas, e constatam, com dados de 2006, entre as razões elencadas para não terem tido filho antes dos 30 anos, o desejo de ter profissão e estudar antes de ter filhos, o desejo de aproveitar a vida, o não desejo de ser mãe, e também expectativas de relações afetivas não realizadas. Já Berquó et al. (2014) investigam o impacto do

fenômeno na estrutura etária da fecundidade, notando que aumenta a participação da fecundidade das mulheres de 30 anos e mais na fecundidade total.

O objetivo do presente texto é analisar o contexto brasileiro de redução, adiamento e ausência de filhos, considerando suas implicações e significados sociais, em uma perspectiva de comparação entre mulheres de diferentes classes sociais familiares. Objetiva-se igualmente explorar as relações entre transformações na fecundidade e nas relações de gênero, bem como as desigualdades entre mulheres.

Os dados empregados provêm das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), produzidas pelo IBGE, nas datas 1976, 1984-6, 1996, 2006 e 2012. A medida de classe empregada é familiar, a qual permite incluir todas as mulheres independente do seu engajamento no mercado de trabalho. Nas famílias compostas por casais, considerou-se a ocupação mais alta dentre os cônjuges, independente do sexo, método inspirado na proposta de Erickson (1984) do “dominance approach”. Parte-se do esquema de classes proposto por Valle Silva (2003) que inclui 16 categorias ocupacionais, as quais foram agregadas em oito classes através de análise de cluster⁴.

Investigou-se as taxas de fecundidade por classe social, através da técnica de Brass. Analisou-se o percentual de mulheres que já haviam sido mães e que já haviam se unido em cada classe social, desagregando as informações de forma a identificar em que classes ocorre o adiamento e sua intensidade. Considerou-se também o percentual de mulheres de 40 a 49 anos⁵ que não haviam sido mães por classe social familiar.

Fecundidade reduzida

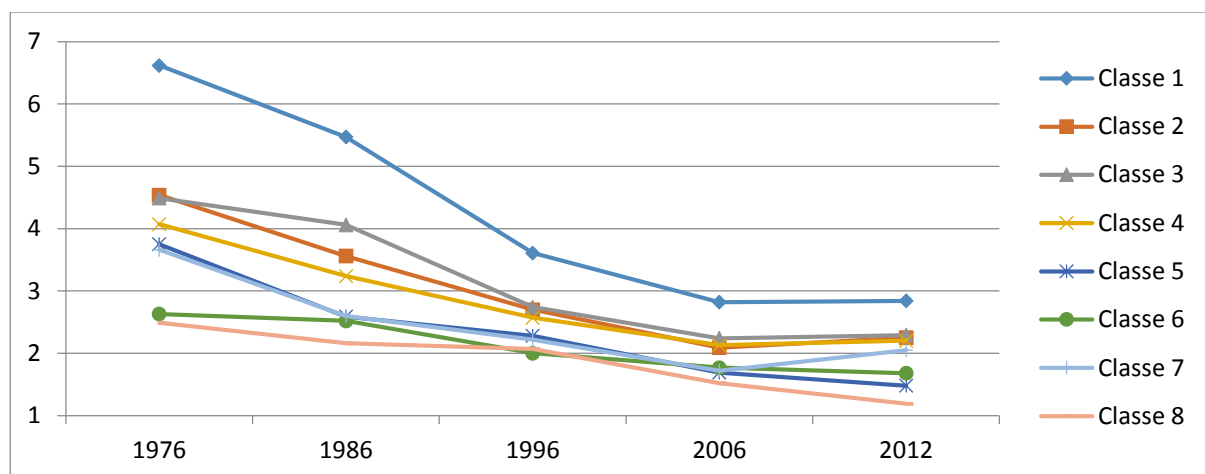
No Brasil, as mulheres experimentaram transformações expressivas na experiência da maternidade nas últimas décadas, reduzindo o número de filhos, mudança que ocorreu em todos os níveis socioeconômicos. A taxa de fecundidade para a população total situava-se, no ano de 1976, em 4,4 filhos por mulher, tendo se reduzido e atingido 2,0 filhos em 2006. Quando se comparam as taxas de fecundidade específicas de cada classe, nota-se que estas tendem a ser maiores nos estratos inferiores, declinando à medida que se observam os estratos mais altos. Todavia, como a queda tende a ser mais intensa nos estratos mais baixos os quais partem de patamares maiores de fecundidade, o

⁴ As classes sociais resultaram nos seguintes grupos (seguidos de seu respectivo percentual na população segundo a PNAD 1996): Classe 1 - Trabalhadores rurais (24,5%), classe 2 - Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos (24,2%), Classe 3 - Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes (12,9%), Classe 4 - Trabalhadores na indústria moderna (5,3%), Classe 5 - Empresários por conta-própria (3,9%), Classe 6 - Ocupações não manuais, técnicas, artísticas, de rotina e supervisão - (19,2%), Classe 7 - Proprietários e dirigentes (5,6%), Classe 8 - Profissionais de nível superior (3,7%).

⁵ Embora seja usualmente empregado a faixa 40 a 44 anos, empregamos também uma segunda faixa etária (45 a 49 anos), considerando que as tecnologias reprodutivas vêm estendendo a possibilidade de ser mãe em idades mais avançadas.

resultado é uma expressiva redução dos diferenciais de fecundidade, tal como visualizado no gráfico 1.

Gráfico 1. Taxa de fecundidade por classe social, Brasil, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012.

Nota-se que em 2006 e 2012 as taxas de fecundidade encontram-se oscilando em torno da taxa de reposição. Estas oscilações são esperadas quando se alcança níveis de reposição, o que inclui a possibilidade de recuperação da fecundidade. Existem opiniões variadas sobre o que acontecerá com a fecundidade no mundo no longo prazo, existem hipóteses de que esta oscilará em torno de 2 filhos, que voltará a aumentar, e também de que as sociedades se ajustarão à natalidade estruturalmente muito baixas⁶. Em sua análise dos países europeus, Lesthaeghe (2011) mostra que diferentes fatores estão associados a variações negativas ou positivas das taxas de “fecundidade baixa”, ora atuando no sentido de postergamento (constrangimentos estruturais, como prolongamento da educação, tempo de construção de carreira e custos habitacionais; além de auto-realização, valores expressivos e aspirações de consumo e lazer), ora no sentido de recuperação (como maior simetria de gênero, emancipação feminina e papéis familiares masculinos; além de aspectos históricos e organizacionais de políticas para a articulação família-trabalho). Todos estes aspectos remetem a preferências reprodutivas (das mulheres e dos casais) e possibilidades/constrangimentos das condições institucionais e de vida que perpassam relações de gênero e classe e suas variações.

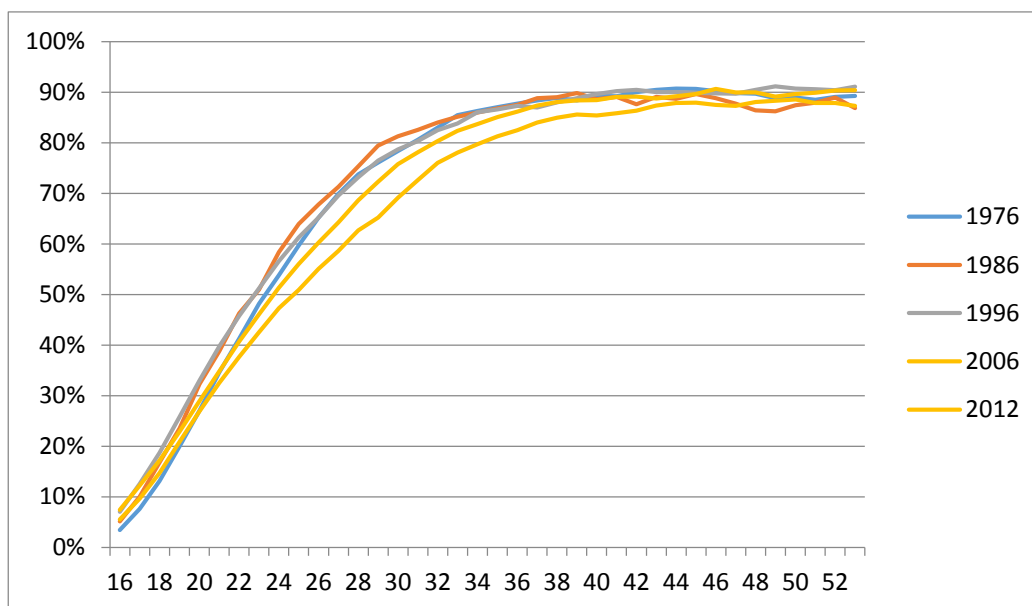
Fecundidade adiada, adiamento da união e diversidade de processos de formação de família

As curvas de entrada na maternidade, por outro lado, permitem analisar a idade em que as mulheres começam a ter filhos. Observando-se as curvas de entrada na maternidade (gráfico 2),

⁶ Para uma visão do debate, ver Livi-Bacci (2013, p. 154).

nota-se que, de maneira agregada, ela apresenta uma certa estabilidade no período de 1976 a 1996, com uma leve tendência de aumento do percentual de mulheres que já haviam sido mães entre os 15 e os 24 anos, como consequência do aumento da gravidez na adolescência. Esta tendência mantém-se em 2006, mas nesta data nota-se a redução das mulheres que já haviam sido mães entre 25 e 35 anos, diferença que deixa de existir no final da curva, sugerindo o adiamento da maternidade. O percentual de mulheres que já haviam sido mães entre 25 e 40 anos cai ainda mais em 2012.

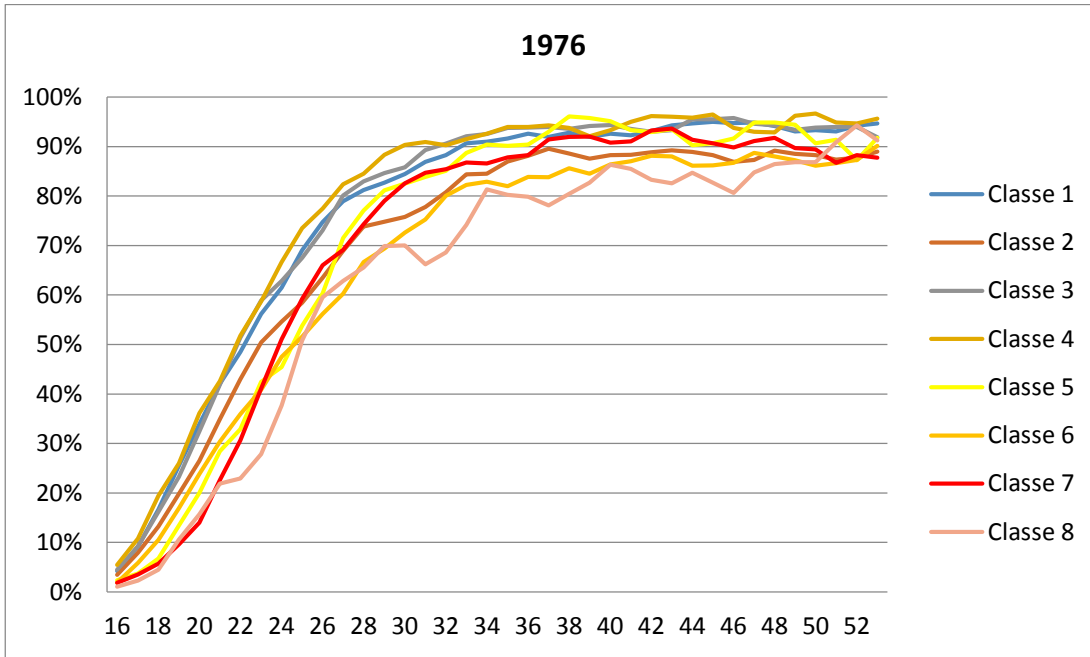
Gráfico 2. Percentual de mulheres que já haviam sido mães, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

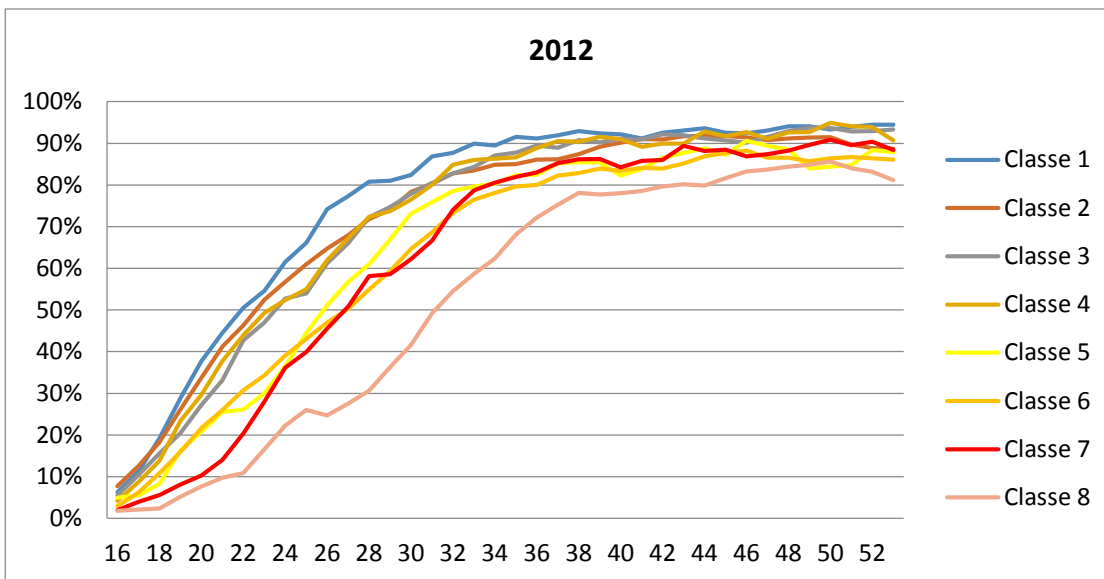
A frequência e a idade em que ocorre a experiência da maternidade variam muito por classe. Observando os gráficos que comparam as oito classes em 1976 e 2012 (gráficos 3 e 4), nota-se que a experiência da maternidade é mais frequente entre as mulheres dos estratos manuais (exceto no 2), se comparada aos estratos não-manuais, nos quais é experimentada em menor proporção e de forma mais tardia, sobretudo entre as mulheres pertencentes à camada mais alta (classe 8). Nas duas datas, as curvas mais altas (o que indica maior proporção de mulheres experimentando o evento em questão – ser mãe) são as dos estratos 1, 3 e 4 que se diferenciam do 2, entre os manuais. Dentre os estratos não-manuais, nota-se que os estratos proprietários, 5 e 7, tendem a ter filhos mais cedo, se comparadas as mulheres dos estratos mais escolarizados (6 e 8). Na última década, o estrato 8 tende a se distanciar um pouco mais dos demais estratos não manuais, enquanto o estrato 6 acompanha os outros estratos não-manuais.

Gráfico 3. Percentual de mulheres que já haviam sido mães por classe social, 1976



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1976.

Gráfico 4. Percentual de mulheres que já haviam sido mães por classe social, 2012



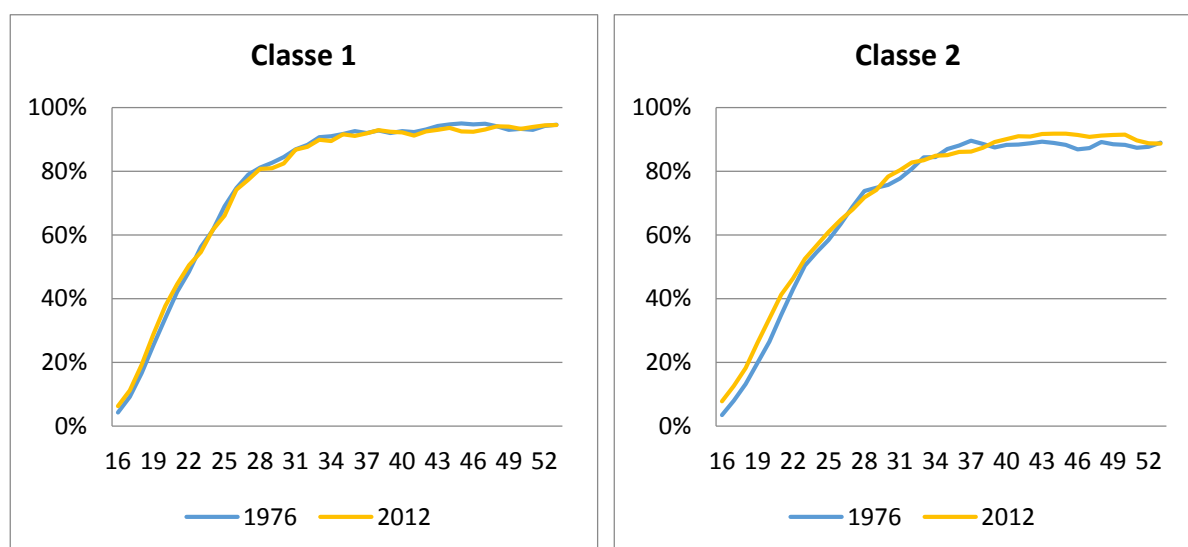
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2012.

Nota-se que, em 2012, formam-se três blocos, classes manuais, classes não manuais 5, 6 e 7, e classe 8 separada. A classe 2, que possuía menor percentual de maternidade em 1976, acompanha a tendência das demais classes baixas urbanas em 2012. Outra nuance é que a classe 1 possui um percentual superior de mulheres que já haviam sido mães, tendendo a separar-se das demais classe manuais. É possível também que a classe 7, que em 1976 estava muito próxima a classe 5, e em 2012

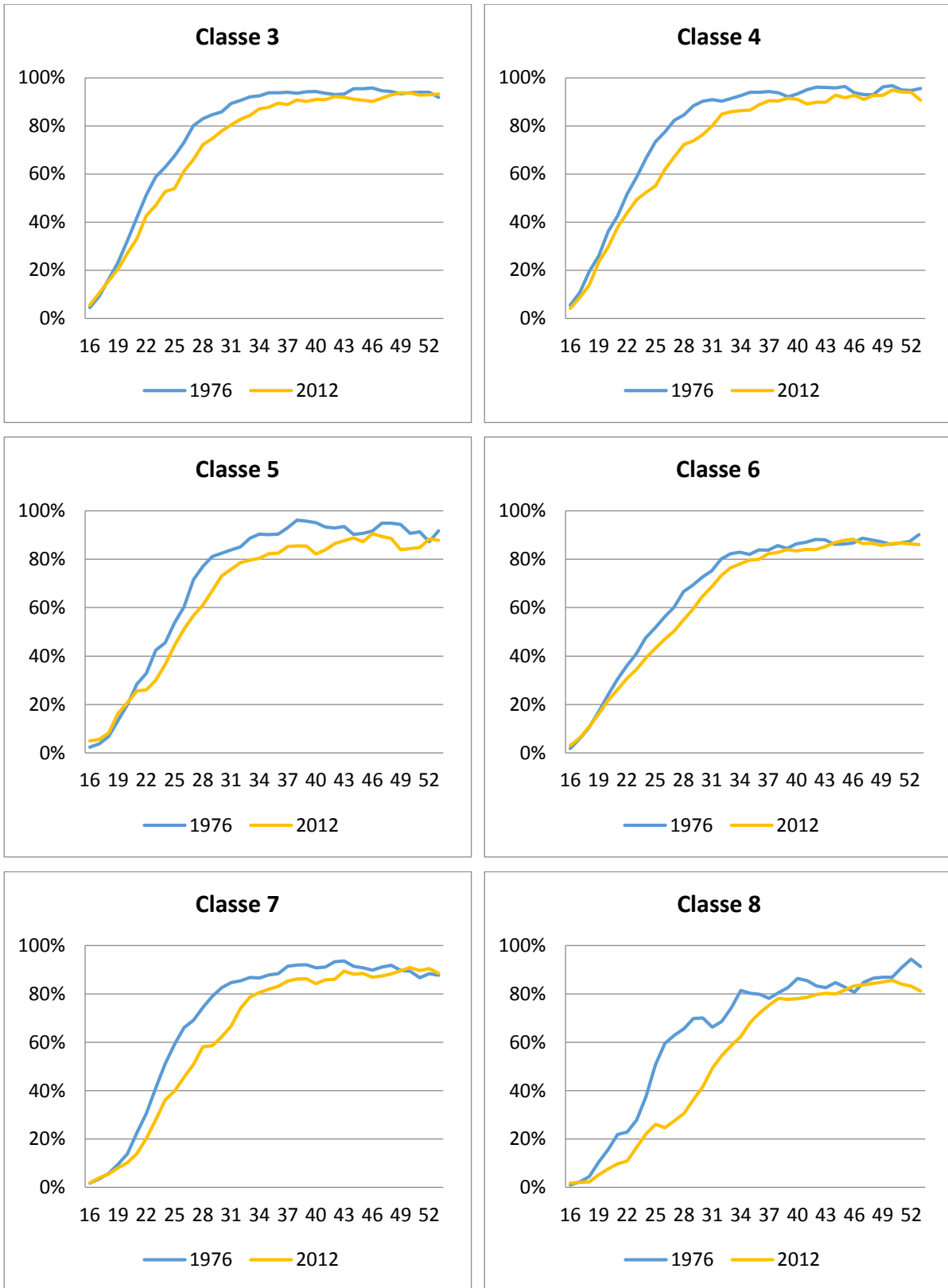
começa também a descolar das demais nas idades mais jovens, siga a mesma tendência da classe 8, como mostra o gráfico 5 que compara a entrada na maternidade para cada classe. Comparado o espriamento das classes em 1976 e 2012, observa-se que há um aumento dos diferenciais por classe, o que se deve sobretudo ao afastamento da classe 8, já que as demais classes tendem a se manter próximas dentro do grupo manual e do não manual.

A tendência de adiamento da maternidade na data mais recente (2012) é melhor compreendida quando desagregadas as variações por classe (gráfico 5). Observando-se o percentual de mulheres que haviam sido mães em 1976 e 2012 para cada classe, nota-se que há um postergamento da maternidade, sobretudo antes dos 36 anos, para as classes 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (diferenças que oscilam em torno de 12 pontos percentuais), valor que na classe 8, em algumas idades é superior a 20 pontos⁷. Um ligeiro crescimento da gravidez na adolescência, por sua vez, aparece apenas na classe 2, a mais baixa urbana, enquanto a curva se mantém a mesma na classe dos trabalhadores rurais. Além da redução da fecundidade, a experiência de ser mãe tende, portanto, a partir da classe 3 a ser postergada. O padrão de adiamento das classes altas tenderia a se disseminar, em parte pela própria aspiração de mobilidade e a percepção de que é preciso “ser leve para subir” (ITABORAÍ, 2012)

Gráfico 5. Percentual de mulheres que já haviam sido mães em cada classe social, 1976-2012



⁷ Como esta é a menor classe são também maiores as possibilidades de oscilações aleatórias.



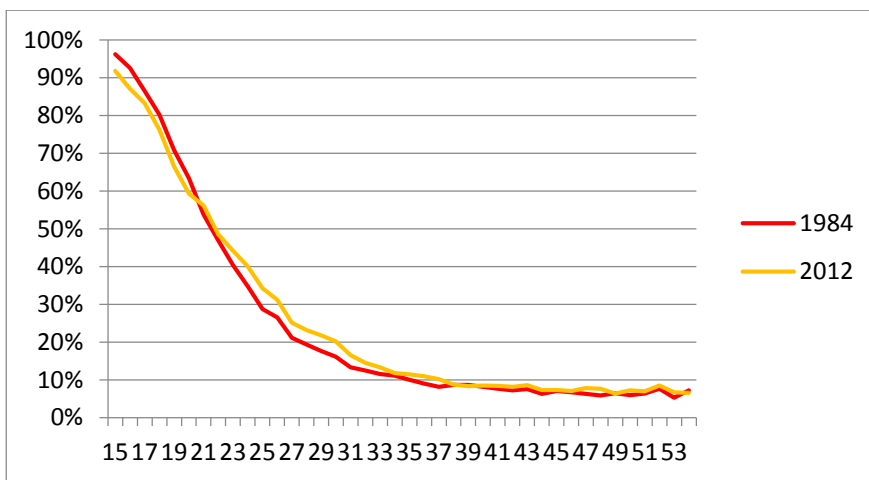
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Pode-se indagar se o adiamento da fecundidade está associado ao adiamento da união. Vários estudos enfatizaram a relação entre expansão da escolaridade e adiamento da união. Segundo Esteve, López-Ruiz e Spijker (2013), a expectativa de que a idade média da primeira união mudasse diante

da expansão educacional não se verificou na América Latina. No entanto, estes autores notam que a aparente estabilidade no tempo de formação das uniões é produzida pelo contraste entre tendências diferentes entre vários grupos educacionais. Ademais, parte desta união ocorre mais cedo por coabitação e não casamento, o que gera a hipótese de que o caráter mais informal seja um facilitador da entrada em união mais cedo. Neste sentido, as mudanças no significado da união, por outro lado, estimulam a experimentação, que, junto com a liberação sexual, pode ocorrer mais cedo. Diante da tendência de desinstitucionalização do casamento (CHERLIN, 2004) desenha-se um quadro em que a maior flexibilidade dos vínculos favorece que as pessoas experimentem a conjugalidade, não havendo, portanto, apenas estímulos para o adiamento. No caso do Brasil, a redução do custo de perda de direitos que o casamento formal implicava para a mulher, o fato de que a separação foi simplificada quando não há guarda de crianças, e a ampliação dos direitos da união estável favorecem a entrada e saída de uniões.

Conforme o gráfico 6, a proporção de mulheres no estado de solteira é semelhante em 1984 e 2012⁸, indicando não haver, em nível agregado, mudanças significativas no período no que diz respeito ao processo de entrada em união. Nas duas datas, cerca de 50% das mulheres encontram-se unidas aos 22 anos. Quanto ao final da curva, nota-se que o celibato é relativamente estável, mantendo-se em torno de 8% a partir dos 40 anos.

Gráfico 6 – Percentual de mulheres de 15 a 54 anos no estado de solteira, 1984 e 2012



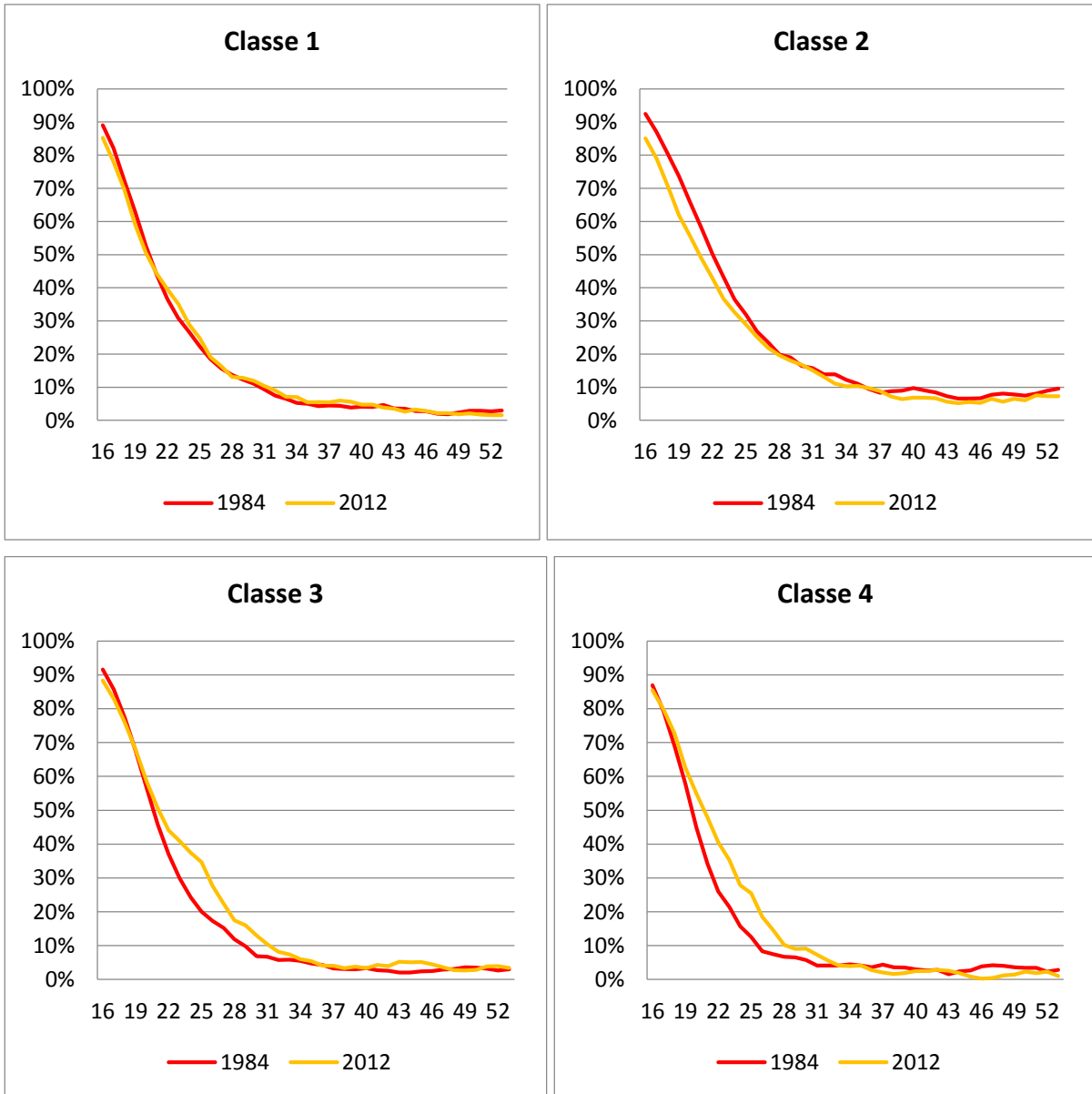
Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1984 e 2012.

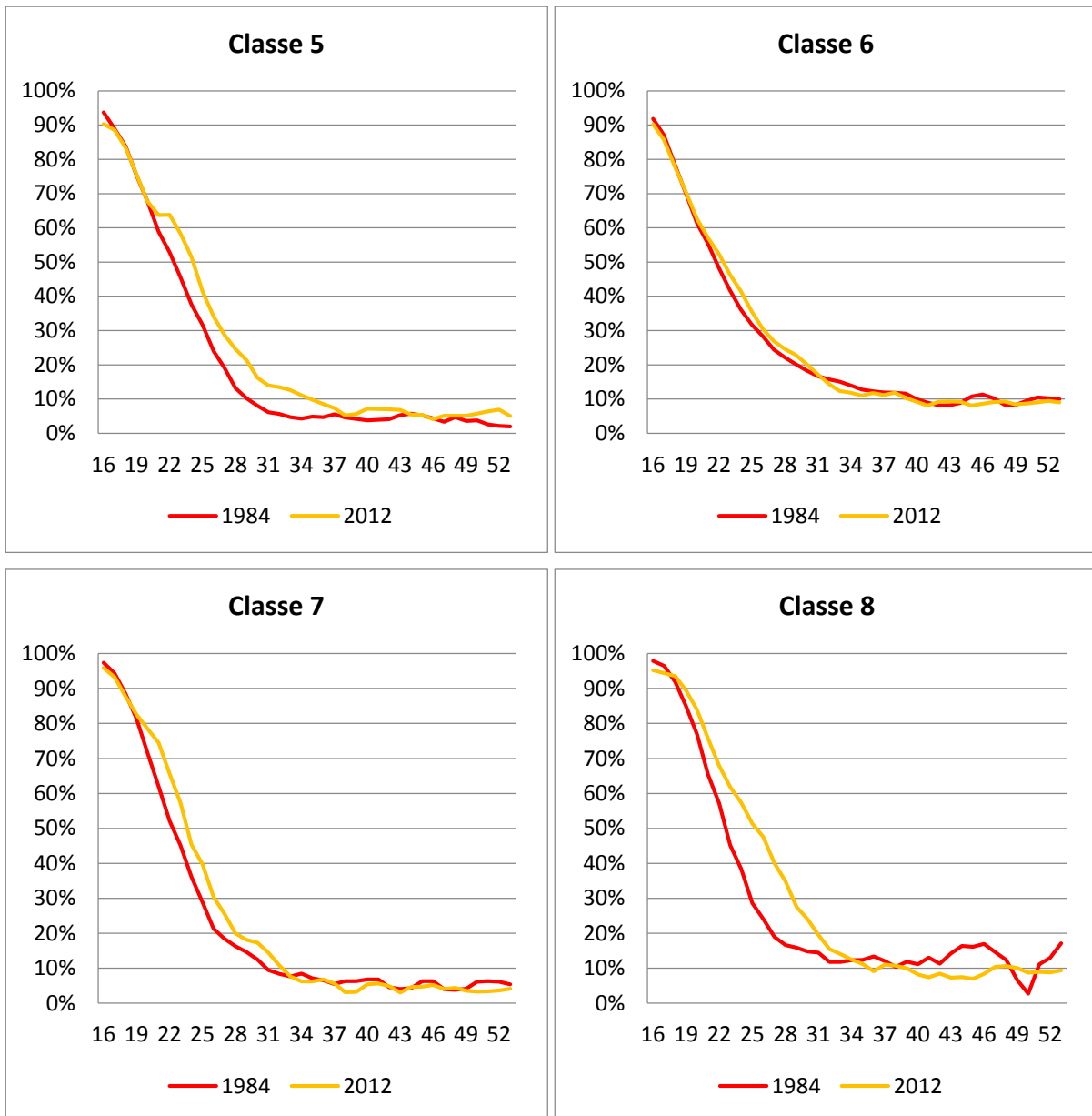
Enquanto tendência geral nota-se que, apesar do intervalo de 28 anos, houve pequena mudança com modesto aumento do percentual de mulheres unidas (não solteiras) na idade mais jovem (15 a

⁸ Optou-se por analisar apenas as PNADs de 1984, na qual consta a história das uniões, e de 2012, onde existe a opção de já ter vivido união para pessoas não unidas na data da pesquisa. Ainda que conste a informação de estado civil na Pnad 1976 e na PPV 1996, para estas datas não é possível ter certeza se a pessoa já teve uma união informal e se separou, impedindo o controle de situações de pessoas que se declaram solteiras mas que já foram unidas.

18 anos) e um suave postergamento a partir de 23 anos. Quando se desagrega por classe, nota-se que, em linhas gerais, a união ocorre mais cedo nas classes manuais e é mais claro o postergamento da entrada em união nos estratos mais altos, sobretudo as classes 7 e 8. No gráfico 7 nota-se um aumento no percentual de mulheres que estão solteiras entre 22 e 30 anos (nunca unidas), dimensão do adiamento no processo de formação de família visível nas classes 3, 4, 5, 7 e 8.

Gráfico 7 – Percentual de mulheres de 15 a 54 anos no estado de solteira, comparação 1984- 2012 para cada classe





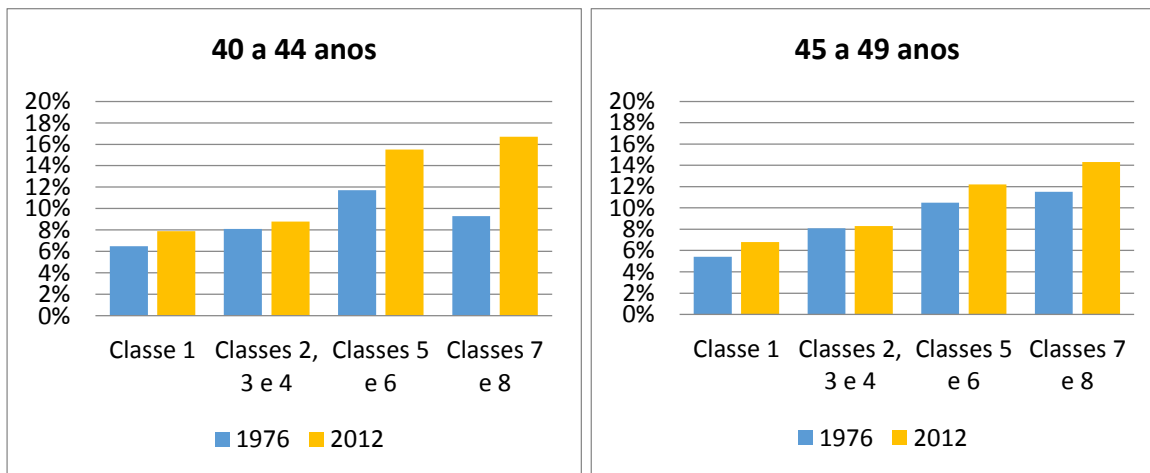
Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNADs de 1984 e 2012.

O adiamento da união e o celibato feminino, assim como a redução e adiamento da fecundidade, vêm sendo associados aos ganhos de autonomia feminina por diferentes autores na literatura internacional. O celibato feminino vem recebendo mais legitimidade, segundo Knibiehler (1992), devido a três conquistas femininas, de autonomia econômica, de identidade e de autonomia sexual. Uma vez que se diversificam as formas de vínculo não é necessário unir-se para ter um parceiro sexual. Galland (1992) realça, por outro lado, que muda a relação dos indivíduos com a instituição família e que a mudança de significado do casamento reflete as transformações nas relações entre homens e mulheres, pois o casamento já não é a primeira forma das mulheres definirem sua posição social, posto hoje ocupado pelo trabalho.

Infecundidade

A maternidade no Brasil é uma experiência frequente, mas não universal. O percentual de mulheres que não tinham tido filho aos 40-45 ou 45-49 anos tende a crescer (gráfico 8). Embora a primeira medida seja usualmente a mais empregada, empregamos também uma segunda faixa etária, considerando que as tecnologias reprodutivas vêm estendendo a possibilidade de ser mãe em idades mais avançadas. Ainda que se considere que a curva de mulheres que já haviam experimentado a maternidade se estabiliza em 40-44 anos, nota-se que há pequena diferença quando se compara com a faixa etária de 45 a 49 anos, por causa da recuperação da fecundidade, que é um pouco maior nas classes não manuais. Nota-se que o percentual de mulheres que não foram mães cresceu entre 1976 e 2012 e que são expressivas as diferenças por classe. A experiência de *childless* em 2012 é o dobro nas classes 7 e 8 se comparadas com a classe 1. Deve-se notar que se está falando de uma geração que nasceu nos anos 70 e que tinha mais de 40 anos em 2012, sendo possível que nas gerações mais jovens a não reprodução possa crescer, fenômeno que deverá ser diagnosticado nas próximas décadas.

Gráfico 8 – Percentual de mulheres de 40 a 49 que não haviam sido mães por classe social familiar, 1976 e 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1976 e 2012.

Se, no passado, a não maternidade era quase uma anomalia, hoje cresce o número de mulheres *childless*⁹ por escolha, e a opção por não ter filhos tende a ganhar legitimidade social. Badinter enfatiza que se diversificam as trajetórias disponíveis para as mulheres, levando-as a questionar seus investimentos familiares: “o individualismo e a busca da plenitude pessoal predis põem as futuras mães a se fazerem perguntas que elas não faziam no passado” (2011, p. 21).

⁹ Emprega-se hoje também a expressão “childfree”, por considerar que “childless” supõe uma falta.

É preciso, no entanto, distinguir a infecundidade voluntária, expressão sociocultural dos ganhos de autonomia feminina e da construção de outros projetos pessoais não vinculados à maternidade, da infecundidade involuntária que tende a tornar-se biologicamente mais frequente diante do adiamento da maternidade para os limites (inclusive transpondo-o) finais da idade reprodutiva.

Um tópico que é objeto de muitas controvérsias do ponto de vista das desigualdades de classe e gênero são as tecnologias reprodutivas. O seu alto custo, aliado à baixa oferta em hospitais públicos¹⁰ que gera filas de espera que podem inviabilizar o projeto de ser mãe, implica “classes distintas de mulheres” captadas por Barbosa (2003) pela oposição entre usuárias de serviços públicos e privados, como *proxy* de classe, eventualmente reunidas, como em um programa pelo qual

aquelas mulheres (receptoras) que têm condições econômicas para buscar um filho por meio das novas tecnologias reprodutivas conceptivas, mas não possuem óvulos adequados para a realização de procedimentos (usuárias da clínica privada), doam a medicação para hiperestimulação ovariana em mulheres em atendimento no serviço público (doadoras) e sem recursos para a aquisição de medicação (BARBOSA, 2003, p. 46)

A literatura internacional também relata experiências transnacionais de barriga de aluguel e doação de óvulos que espelham desigualdades entre países, como Índia e Europa (PANDE, 2009). Pande analisa a barriga de aluguel comercial na Índia e nota como ela desafia visões biológicas e heteronormativas de família e parentesco, desconectando as dimensões genética, gestacional e de cuidado da maternidade. Essas experiências atravessam barreiras de raça, etnia, castas, classes e países e exprimem tais desigualdades durante todo o processo. Pande observa que tais práticas – que geralmente são aceitas para atender as necessidades de suas famílias, pagar pela educação de seus filhos ou ajudar o marido em seu negócio – supõem a aceitação de diversas condições impostas às mulheres indianas, que, entre outras coisas, durante a gravidez, são mantidas separadas de suas famílias e sem o direito de ter relações sexuais com seus maridos.

As novas tecnologias reprodutivas geram debates na medida em que reforçam o valor social da maternidade e dos laços sanguíneos, a despeito das tendências mais recentes de valorização do parentesco socioafetivo. Do ponto de vista de gênero, questiona-se a forma como tais tecnologias incidem pesadamente sobre o corpo feminino, ainda quando a razão da infecundidade decorra do homem. Concepções de masculinidade também são potencialmente revistas na emergência do “casal infértil” (TAMARINI, 2003).

¹⁰ Segundo notícia de 7 de maio de 2016, apenas 12 hospitais realizam procedimentos gratuitos. Na rede privada, indica-se que a fertilização in vitro teria reduzido seu custo (de 15 a 20 mil para 10 mil) e existem “programas para casais de baixa renda”, que custam em torno de 6,5 mil reais. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/ciencia-saude/2016/05/07/HOSPITAIS-PUBLICOS-ENFRENTAM-FALTA-DE-RECURSOS-PARA-REALIZAR-FERTILIZACAO-IN-VITRO.htm>>. Acesso em: 3 set. 2016.

Embora mobilize eventualmente argumentos conservadores, Hewlett (2008) alerta para a desonestidade da propaganda mercadológica e midiática da reprodução assistida e do adiamento indefinido da maternidade muitas vezes às custas dos projetos pessoais femininos, o que encontra eco em iniciativas de empresas que, diante de mão de obra feminina altamente qualificada e produtiva, oferecem congelamento de óvulos mais do que possibilidades efetivas de conciliação entre trabalho e maternidade¹¹, alternativa que, de todo modo, segue inacessível a maior parte da população. Deve-se notar ainda que o acesso às tecnologias reprodutivas é desigual não apenas por classe, mas também encontra restrições de acesso para casais homoafetivos.

Considerações finais

As mulheres têm hoje menos filhos e para uma parte delas a maternidade é um evento mais tardio. A redução no tempo de vida dedicado pelas mulheres à maternidade está associada a mudanças no engajamento feminino em atividades públicas, como as de escolaridade e trabalho. O menor número de filhos tem implicações importantes também no plano familiar e social, podendo repercutir não só em maior autonomia feminina, mas também em maiores investimentos de recursos e cuidados oferecidos às crianças. No entanto, um desdobramento importante que necessita maiores análises são os riscos do adiamento excessivo implicar em não ter os filhos que se gostaria, implicando em fecundidade não desejada por falta (CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2014).

Um contexto de maternidade tardia também tem impactos variados para o planejamento em saúde, incluindo necessidades de reprodução assistida e maiores cuidados com a gravidez de risco. Como observado, dentre as variações por classe, nota-se maior adiamento nas classes altas, mas este já vem sendo acompanhado sobretudo estratos médios. Neste sentido, a maternidade tardia e a fecundidade não desejada por falta desenham novas demandas e recordam velhas desigualdades no acesso aos direitos reprodutivos no Brasil. Conhecer os novos contextos de adiamento e não fecundidade e a sua difusão entre grupos no Brasil é um primeiro passo para planejar e oferecer serviços de saúde capazes de contemplar os novos sentidos que a maternidade assume em um contexto de transformações das relações de gênero e de novas expectativas e oportunidades de ascensão educacional e social femininas.

As mudanças em curso implicam desafios para as desigualdades de gênero e classe que têm como epicentro a vida familiar. Apesar da redução das desigualdades nas taxas de fecundidade,

¹¹ “Essas práticas das empresas para adiar a maternidade são muito polêmicas. Em um post publicado há mais de um ano em seu blog, o perito em bioética da Universidade de Harvard, Glenn Cohen, explica que a empresa que faz isso envia uma mensagem bastante ambígua: ‘De certa forma, podem estar querendo lhe dizer que seu trabalho atual não é compatível com a maternidade’.” Ver, por exemplo, “Facebook e Apple oferecem congelar os óvulos de suas funcionárias: As empresas tecnológicas querem convencer as trabalhadoras a adiar a maternidade”. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/15/tecnologia/1413333970_087854.html> . Acesso em: 3 set. 2016.

persistem desigualdades entre mulheres, aquelas que adiam são mais frequentes nos estratos altos, e a gravidez precoce mais frequente nos estratos baixos (ITABORAÍ, 2015). Desenha-se, assim, o risco de desigualdades mais agudas entre as mulheres, como já há indícios no mercado matrimonial (CARBONE, J.; CAHN, N., 2014).

Estudos populacionais em diferentes partes do mundo vêm se debruçando sobre a relação entre comportamento reprodutivo e as transformações mais amplas na condição das mulheres nas famílias e nas sociedades. Analisando o caso da Itália, Livi-Bacci nota que as transformações intensas na vida familiar – que incluíram a legalização e venda de contraceptivos, a aprovação do divórcio, a liberação do aborto, e a crescente participação feminina na força de trabalho – não foram acompanhadas por mudanças correspondentes na organização da sociedade, gerando pressão sobre as famílias e sobretudo as mulheres, o que teria causado a redução e postergamento da maternidade¹².

Já Rego, Mendes e Caleiro (2012) observam o quadro de Portugal onde a fecundidade real atingiu níveis menores do que a fecundidade desejada. Neste contexto, as preocupações sociais com as implicações do processo de envelhecimento populacional ensejaram políticas públicas que pretendiam incentivar a natalidade, sobretudo pelo apoio ao rendimento das famílias. Ao analisar o caso da Suécia, considerada um exemplo de encorajamento da fecundidade pela conciliação entre trabalho e família, Anderson (2005) realça que é difícil determinar em que medida políticas de família afetam a fecundidade dos países – considera particularmente duvidoso que se incentive a fecundidade por transferência de renda –, mas ressalta a importância de fatores institucionais, destacando o foco das políticas suecas nos indivíduos, e não em formas determinadas de famílias, bem como na igualdade de gênero¹³.

Como destacado em relatório da FamilyPlatform da Comissão Europeia (2010), a crescente consciência para com as políticas de família está relacionada às transformações demográficas (redução da fecundidade, envelhecimento populacional, diversificação dos formatos de famílias e enfraquecimento do modelo homem provedor- mulher dona de casa), sendo que o tópico mais

¹² “This revolution in values, attitudes, and behavior has taken place in a society that, under other profiles, has remained static or has adjusted slowly. The organization of time has remained chaotic: school hours and school holidays are in contrast with the tempo of work; spatial mobility is difficult and costly; social investment (in libraries, meeting places, and structures for sport and leisure) for children and the young is neglected; the gender division of tasks in the family is still heavily asymmetric; the labor market offers few chances to the working mother who needs a flexible or part-time job. The lagging societal adjustment has increased the claims on parents’—and particularly on women’s—time and energy. Postponement and reduction of childbearing can be seen, therefore, as an outcome of this set of forces.” (LIVI-BACCI, 2001, p. 8)

¹³ “It is doubtful that it is possible to simply pay people to have children by offering various allowances or tax deductions. In the Swedish context, childbirth is supported by providing an infrastructure that allows women and men to pursue their individual life goals in terms of family and professional life. In economic terms, Swedish families base their welfare on own earnings rather than on allowances. An important aspect of Swedish policies is that they are directed towards individuals and not families as such. They have no intention of supporting certain family forms, such as marriage, over others. [...] A persistent focus on gender equality in public as well as in private life [...] seems to offer a better strategy for policy makers in creating an environment where childbearing is not seen by women as a step towards reduced personal freedom.” (ANDERSON, 2005, p. 11-12).

estudado nas políticas para famílias é o cuidado infantil, que inclui a questão das licenças parentais, benefícios monetários e serviços de cuidado, além das pesquisas sobre divisão do trabalho doméstico¹⁴.

Há que analisar os novos significados que a maternidade reduzida e adiada assume diante da emancipação feminina pela educação e trabalho em curso, o que demanda (e vai além) de políticas de “conciliação” entre família e trabalho, termo que já carrega em si uma visão generificada das responsabilidades familiares. A questão da “conciliação” entre vida profissional e familiar é posta no feminino e as mães são o principal alvo de tais políticas. Embora alguns países incluam licenças para os homens, estas continuam sendo usadas quase exclusivamente por mulheres. O paradoxo é que “la conciliación no será posible si, al igual que, en otras cuestiones, se tolera socialmente el mayoritario protagonismo femenino de las medidas conciliadoras” (TORNS, 2011, p. 8). Torns (2011) critica a visão de que a conciliação entre vida profissional e familiar seja uma solução para todos os problemas. Lembra que não se problematiza a centralidade que o tempo de trabalho pago tem na sociedade e que a ideia de conciliação está direcionada para o aumento da disponibilidade para o trabalho das mulheres ocupadas em benefício da competitividade das empresas. Pode-se questionar se, ao contrário do antigo mandato materno, cresce hoje a percepção, ditada pelo mercado, de que a maternidade é uma experiência impossível, pelo menos para parte das mulheres, visto que esta questão apresenta-se de forma distinta para mulheres com diferentes condições sociais, do que é um exemplo as cadeias globais de cuidado. Outra questão são os trabalhos em que a flexibilidade de horários tenciona ainda mais os já desiguais por gênero arranjos de cuidado infantil (FREITAS, 2015).

O contexto atual reúne desigualdades muito antigas nos direitos sexuais e reprodutivos (como no acesso à contracepção e aborto) e novas desigualdades relacionadas às tecnologias reprodutivas. Se reduziram-se as desigualdades no acesso a contracepção, a fecundidade indesejada por excesso continua a evidenciar vulnerabilidades sociais, como as de cor e classe, enquanto as novas tecnologias reprodutivas estão mais disponíveis para resolver a fecundidade não desejada por falta nos estratos superiores. O contexto recente da epidemia de zika vírus evidenciou ainda mais fortemente as desigualdades entre mulheres na esfera de direitos sexuais e reprodutivos e suas muitas conexões com outras formas de desigualdades em especial no acesso a serviços de saneamento. Outros problemas persistentes incluem a violência obstétrica relacionada à discriminação de classe e cor, e os diferenciais na morbimortalidade materna.

¹⁴ Para um excelente inventário da questão ver o relatório da FamilyPlataform, *Research on families and Family policies in Europe: State of the art*. 2010. Disponível em: < <http://www.mmmeurope.org/ficdoc/FAMILYPLATFORM-Final-Report-04-2011.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Referências

- ANDERSON, Gunnar. A study on policies and practices in selected countries that encourage childbirth: the case of Sweden. 2005. Disponível em: <
<http://www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2005-005.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARBOSA, Rosana. Novas tecnologias reprodutivas concepitivas: produzindo classes distintas de mulheres? In: GROSSI, Miriam; PORTO, Rozeli; TAMANINI, Marlene (Org.). *Novas tecnologias reprodutivas: questões e desafios*. Brasília Letras Livres, 2003.
- BERQUÓ, Elza et al. Reprodução após os 30 anos no estado de são Paulo. Novos estudos – CEBRAP, no. 100, São Paulo, Nov. 2014.
- BERQUÓ, Elza; GARCIA, Sandra. Algumas considerações sobre a reprodução tardia no Brasil. In: TURRA, Cassio Maldonato; CUNHA, José Marcos Pinto da. *População e desenvolvimento em debate*. Belo Horizonte: Abep, 2012.
- CARBONE, J.; CAHN, N. *Marriage markets: how inequality is remaking the America Family*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- ERIKSON, R. Social class of men, women and families. *Sociology*, n. 18, 1984.
- ESPING- ANDERSEN, G. *The incomplete revolution: adapting to women’s new roles*. Cambridge: Polity, 2009.
- ESTEVE, Albert; DEVOLDER, Daniel; DOMINGO, Andreu. La infecundidad en España: tic-tac, tic-tac, tic-tac !!!, Centre d’Estudis Demogràfics, Perspectives Demogràfiques, Enero 2016.
- FREITAS, T. Os desafios da articulação entre trabalho e família hoje. Trabalho apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015. Disponível em:
http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9591&Itemid=461
- GALLAND, Olivier. L’entrée dans la vie familiale. In: SINGLY, François de (Dir.). *La famille: l’état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1992. p. 34-46.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. 2 ed. São Paulo, Ed. da Unesp, 1993.
- HEWLETT, Sylvia Ann. *Maternidade tardia: mulheres profissionais em busca da realização plena*. São Paulo: Novo Século, 2008.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis. Las desigualdades de clase en el comportamiento reproductivo en el Brasil: democratización incompleta y paradojas de la fecundidad juvenil. *Notas de Población*, v. 42, n. 100, p. 61-89, 2015.

- ITABORAÍ, Nathalie Reis. Mobilidade social e estratégias reprodutivas no Brasil de finais do século XX. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, Vol. 1, No 1 (2012). Disponível em: <<http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/view/49>>.
- KNIBIEHLER, Yvonne. Le célibat: approche historique. In: SINGLY, François de (Dir.). *La famille: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1992. p. 75-82.
- LESTHAEGHE, Ron: The "second demographic transition": a conceptual map for the understanding of late modern demographic developments in fertility and family formation. *Historical Social Research* 36, 2, p. 179-218, 2011.
- LIVI BACCI, M. *Breve história da população mundial*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- LIVI-BACCI, M. Too Few Children and Too Much Family. "Daedalus", vol. 2, summer 2001.
- MARTIN, S. 2004. Women's education and family timing: outcomes and trends associated with age at marriage and first birth. In: Neckerman, K. (Ed.) *Social inequality*. New York, Russell.
- PANDE, Amrita. "It May Be Her Eggs But It's My Blood": Surrogates and Everyday Forms of Kinship in India. *Qual Sociol* , 32, p. 379–397, 2009.
- REGO, Conceição; MENDES, Maria Filomena; CALEIRO, António. Acerca da eficácia das (recentes) políticas públicas de combate ao envelhecimento em Portugal: algumas lições do passado. *Actas do III Congresso Português de Demografia*. Lisboa, 2012.
- RUSSO, Nancy Felipe. The motherhood mandate. *Journal of Social Issues*, v.32, n. 3, 1976.
- SANDLER, Lauren. Having it all without having children. *Times magazine*, 2 ago. 2013.
- TAMANINI, Marlene. Do sexo cronometrado ao casal infértil. In: GROSSI, Miriam; PORTO, Rozeli; TAMANINI, Marlene (Org.). *Novas tecnologias reprodutivas: questões e desafios*. Brasília Letras Livres, 2003.
- TORNS, T. Conciliación de la vida laboral y familiar o corresponsabilidad: ¿el mismo discurso?. *RIDEG*, 01/11, p. 5-13, 2011.
- VALLE SILVA, Nelson do. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.